



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA¹
93344/2024**

**CONTRATANTE (UASG)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (450161)**

**OBJETO
AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA OS INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS E INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 59.819,92**

**DATA DA SESSÃO
De 10/12/2024**

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES
Das 08h até 14h**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM**

LOCAIS DE ENTREGA: MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP

¹ Modelo extraído do “ComprasGov”/Modelos de Contratação Direta
<https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/modelos-de-licitacoes-e-contratos>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	5
4. FASE DE LANCES	6
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	6
6. HABILITAÇÃO	8
7. CONTRATAÇÃO	9
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	10
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	12



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 93344/2024

(Processo Administrativo n.º 01-P-41984/2024)

Torna-se público que a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, por meio da Diretoria Geral de Administração, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, inciso II., nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 10/12/2024

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00h

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço unitário por item

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de mobiliário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo.

Item	Especificação	CATM AT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CADEIRA GIRATÓRIA; CONCHA DUPLA; ERGONÔMICA; ANATÔMICA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA; REVESTIDOS EM TECIDO; NA COR VERMELHA; ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO; ESPALDAR MÉDIO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO 46 X 61 CM (LXA); E ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO 49 X 48 CM (LXP); COM BRAÇOS REGULÁVEIS; REGULAGEM DA ALTURA/INCLINAÇÃO DO ENCOSTO POR MEIO DE ALAVANCA; E	373523	Unidade	06	R\$ 594,66	R\$ 3.567,96



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO

	REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO A GÁS PELO SISTEMA DE ALAVANCA; TUBO CENTRAL EM AÇO; MECANISMO ESPECIAL REFORÇADO; BASE FORMADA POR 5 PATAS COM RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON; CONFECCIONADA EM AÇO; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPÓXI PÓ; NA COR PRETA; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES					
2	ESTANTE MULTIUSO; EM AÇO CARBONO (ESTRUTURA), COM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ, NA COR PRETA; PRATELEIRAS EM MADEIRA MDP REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO; MEDINDO APROXIMADAMENTE (186X80X33) CM=(AXLXC); 5 PRATELEIRAS, COM NO MÍNIMO 15 MM DE ESPESSURA, NA COR CASTANHO; PAINÉIS LATERAIS VAZADOS.	320497	Unidade	04	R\$ 272,50	R\$ 1.090,00
3	MESA DE REUNIÃO; TAMPO EM MADEIRA; TIPO MESA PARA PODCAST; EM MADEIRA MACIÇA; NA COR NATURAL DA MADEIRA; ACABAMENTO EM VERNIZ OU SIMILAR, ACABAMENTO ADEQUADO PARA FIXAÇÃO DE SUPORTE ARTICULADO P/ MICROFONE; FORMATO RETANGULAR; C/ CAIXA CENTRALIZADA DE TOMADA DE 3 PINOS, CONECTORES HDMI, USB E RJ45; MEDINDO 180 X 90 CM; COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2,5 CM; COM ALTURA DE 75 CM; ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO OU MATERIAL SIMILAR; COM PÉS NIVELADORES; CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,2MM; PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPOXI EM PÓ; NA COR PRETA; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.	481003	Unidade	01	R\$ 1.456,39	R\$ 1.456,39
4	CAIXA BIBLIOGRÁFICA FABRICADA EM ESTRUTURA METÁLICA DE CHAPA DE AÇO CARBONO 1,20 MM. POSSUI TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	350169	Unidade	200	R\$ 86,09	R\$ 17.218,00



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

	METÁLICA FOSFATIZADO COM ZINCO E PINTURA ELETROSTÁTICA PÓ, COR CINZA TEXTURIZADA, COM ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE E INTEMPÉRIES. DIMENSÕES 20X10X23 (A X C X P). GARANTIA DE 12 MESES.					
5	CADEIRA FIXA, CONCHA DUPLA, EMPILHÁVEL ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO GRANDE ENCOSTO E ASSENTO EM POLIPROPILENO REVESTIDO EM TECIDO CORVIM COR: VERDE PETRÓLEO BORDA COM PROTEÇÃO EM PVC ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE (45 KG/M3) ESPALDAR BAIXO, SEM BRAÇOS ENCOSTO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 46 CM (LARGURA) X 33 CM (ALTURA) ASSENTO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 45 CM (LARGURA) X 40 CM (PROFUNDIDADE) ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR OBLONGO (16X30 MM), COM CHAPA DE 1,5 MM DE ESPESSURA MODELO COM 4 PATAS 2 TUBOS DE LIGAÇÃO ENTRE ENCOSTO E ASSENTO PINTURA: TINTA EPÓXI PÓ, COR PRETA GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES FABRICADA CONFORME NORMAS NBR 13962 E NR-17.	288544	Unidade	80	R\$ 97,50	R\$ 7.800,00
6	SOFA; MODULAR; 2 LUGARES; COM BRACO; EM MADEIRA; MEDINDO 1480 X 830 X 700 MM (L X P X A); COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM PERCINTAS EM NYLON; ESTOFAMENTO EM ESPUMA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 33 KG/M3; REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	485785	Unidade	03	R\$ 1.001,45	R\$ 3.004,35



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO

7	POLTRONA FIXA; CONCHA DUPLA; COM ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA LAMINADA COM PERCINTAS ELÁSTICAS REVESTIMENTO EM COURO ECOLÓGICO, COR PRETA ESTOFAMENTO EM ESPUMA COM DENSIDADE DE 28 KG/M3 ESPALDAR MÉDIO ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO 75 CM (LARGURA) X 74 CM (ALTURA) ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO 75 CM (LARGURA) X 75 CM (PROFUNDIDADE) BRAÇOS EM AÇO CARBONO ESTRUTURA EM AÇO CARBONO BASE COM 4 PÉS PINTURA CROMADA, COR PRATA GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NR-17 E NBR 13962.	469444	Unidade	16	R\$ 966,67	R\$ 15.466,72
8	PECAS DE REPOSICAO PARA MOBILIÁRIO; PRATELEIRA, CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO; DIMENSÕES: 1M X 0,43M (L X P); LISA, REFORÇADA COM PERFIL OMEGA; CAPACIDADE 180 KG; COMPATÍVEL COM ARQUIVO DESLIZANTE DA MARCA SCHEFFER, LINHA MECÂNICA.	329021	Unidade	50	R\$ 204,33	R\$ 10.216,50

1.2.1. No caso da especificação do CATMAT não corresponder à descrição da tabela 1.2, prevalecerá o descritivo que consta no Termo de Referência.

1.2.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
 - 3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
 - 3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de:



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Item	Variação do Lance
01	R\$ 5,00
02	R\$ 2,00
03	R\$ 14,00
04	R\$ 0,80
05	R\$ 0,90
06	R\$ 10,00
07	R\$ 9,00
08	R\$ 2,00

- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.6.1. contiver vícios insanáveis;

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

- 5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) [SICAF](#);



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

- 6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
- 6.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

- 6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para *confirmar o recebimento do instrumento contratual simplificado (Autorização de Fornecimento)*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. *A confirmação de recebimento do instrumento contratual simplificado (Autorização de Fornecimento), emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*
- 7.3.1. *referido instrumento simplificado está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*
- 7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO

de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.12.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Campinas, 04 de dezembro de 2024

Assinatura da autoridade competente



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO**

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 1.1.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 1.1.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.1.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.1.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
1B61F4D5 C64F491F A9261AC6 F685E9B3





TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR ESCOPO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
TÉCNICO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de mobiliários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	CADEIRA GIRATÓRIA; CONCHA DUPLA; ERGONÔMICA; ANATÔMICA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA; REVESTIDOS EM TECIDO; NA COR VERMELHA; ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO; ESPALDAR MÉDIO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO 46 X 61 CM (LXA); E ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO 49 X 48 CM (LXP); COM BRAÇOS REGULÁVEIS; REGULAGEM DA ALTURA/INCLINAÇÃO DO ENCOSTO POR MEIO DE ALAVANCA; E REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO A GÁS PELO SISTEMA DE ALAVANCA; TUBO CENTRAL EM AÇO; MECANISMO ESPECIAL REFORÇADO; BASE FORMADA POR 5 PATAS COM RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON; CONFECCIONADA EM AÇO; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPÓXI PÓ; NA COR PRETA; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES	373523	UNIDADE	06
2	ESTANTE MULTIUSO; EM AÇO CARBONO (ESTRUTURA), COM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ, NA COR PRETA; PRATELEIRAS EM MADEIRA MDP REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO; MEDINDO	320497	UNIDADE	04



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR ESCOPO

	APROXIMADAMENTE (186X80X33) CM=(AXLXC); 5 PRATELEIRAS, COM NO MÍNIMO 15 MM DE ESPESSURA, NA COR CASTANHO; PAINÉIS LATERAIS VAZADOS.			
3	MESA DE REUNIÃO; TAMPO EM MADEIRA ;TIPO MESA PARA PODCAST; EM MADEIRA MACIÇA,; NA COR NATURAL DA MADEIRA; ACABAMENTO EM VERNIZ OU SIMILAR , ACABAMENTO ADEQUADO PARA FIXAÇÃO DE SUPORTE ARTICULADO P/ MICROFONE; FORMATO RETANGULAR ; C/ CAIXA CENTRALIZADA DE TOMADA DE 3 PINOS, CONECTORES HDMI, USB E RJ45; MEDINDO 180 X 90 CM; COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2,5 CM; COM ALTURA DE 75 CM; ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO OU MATERIAL SIMILAR; COM PÉS NIVELADORES; CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,2MM; PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPOXI EM PÓ; NA COR PRETA; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.	481003	UNIDADE	01
4	CAIXA BIBLIOGRÁFICA FABRICADA EM ESTRUTURA METÁLICA DE CHAPA DE AÇO CARBONO 1,20 MM. POSSUI TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE METÁLICA FOSFATIZADO COM ZINCO E PINTURA ELETROSTÁTICA PÓ, COR CINZA TEXTURIZADA, COM ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE E INTEMPÉRIES. DIMENSÕES 20X10X23 (A X C X P). GARANTIA DE 12 MESES.	350169	UNIDADE	200
5	CADEIRA FIXA, CONCHA DUPLA, EMPILHÁVEL ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO GRANDE ENCOSTO E ASSENTO EM POLIPROPILENO REVESTIDO EM TECIDO CORVIM COR: VERDE PETRÓLEO BORDA COM PROTEÇÃO EM PVC ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA	288544	UNIDADE	80



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR ESCOPO

	DENSIDADE (45 KG/M3) ESPALDAR BAIXO, SEM BRAÇOS ENCOSTO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 46 CM (LARGURA) X 33 CM (ALTURA) ASSENTO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 45 CM (LARGURA) X 40 CM (PROFUNDIDADE) ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR OBLONGO (16X30 MM), COM CHAPA DE 1,5 MM DE ESPESSURA MODELO COM 4 PATAS 2 TUBOS DE LIGAÇÃO ENTRE ENCOSTO E ASSENTO PINTURA: TINTA EPÓXI PÓ, COR PRETA GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES FABRICADA CONFORME NORMAS NBR 13962 E NR-17.			
6	SOFA; MODULAR; 2 LUGARES; COM BRAÇO; EM MADEIRA; MEDINDO 1480 X 830 X 700 MM (L X P X A); COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM PERCINTAS EM NYLON; ESTOFAMENTO EM ESPUMA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 33 KG/M3; REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	485785	UNIDADE	03
7	POLTRONA FIXA; CONCHA DUPLA; COM ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA LAMINADA COM PERCINTAS ELÁSTICAS REVESTIMENTO EM COURO ECOLÓGICO, COR PRETA ESTOFAMENTO EM ESPUMA COM DENSIDADE DE 28 KG/M3 ESPALDAR MÉDIO ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO 75 CM (LARGURA) X 74 CM (ALTURA) ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO 75 CM (LARGURA) X 75 CM (PROFUNDIDADE) BRAÇOS EM AÇO CARBONO ESTRUTURA EM AÇO CARBONO BASE COM 4 PÉS	469444	UNIDADE	16



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR ESCOPO

	PINTURA CROMADA, COR PRATA GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NR-17 E NBR 13962.			
8	PECAS DE REPOSICAO PARA MOBILIÁRIO; PRATELEIRA, CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO; DIMENSÕES: 1M X 0,43M (L X P); LISA, REFORÇADA COM PERFIL OMEGA; CAPACIDADE 180 KG; COMPATÍVEL COM ARQUIVO DESLIZANTE DA MARCA SCHEFFER, LINHA MECÂNICA.	329021	UNIDADE	50

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme art 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133 de 2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

Vigência da contratação

1.4. O prazo de vigência da contratação será contado a partir da data da assinatura do instrumento contratual ou da confirmação de recebimento de instrumento simplificado equivalente, quando aplicável, até a data da realização do pagamento do preço ou do recebimento definitivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência consta do instrumento contratual.

Subcontratação

1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS POR ESCOPO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os materiais solicitados são indispensáveis para as Unidades requerentes. Os itens 01 a 03 fazem parte dos mobiliários que serão adquiridos para a sala de Podcasts do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. O item 04 faz parte da aquisição de mobiliários para modernização dos laboratórios do IFCH. O restante dos itens visam a aquisição de bens móveis para a Biblioteca Octavio Ianni, situada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O objetivo é atender às necessidades de modernização e aprimoramento das instalações da biblioteca, proporcionando melhor infraestrutura para seus usuários.

2.2. Os objetos da contratação não estão previstos no Plano de Contratações Anual conforme justificativa a seguir: Os itens não constam no PCA 2024, pois este não era obrigatório.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Para os itens 01 a 04, 08:

3.1.1. As especificações dos Objetos encontram-se detalhadas no Item 1, combinada aos requisitos descritos no Item 4 deste Termo de Referência.

3.2. Para os itens 05 a 07:

3.2.1. A solução proposta para a Biblioteca Octavio Ianni – IFCH/UNICAMP abrange a aquisição de mobiliários que atendem às necessidades de modernização e conforto, com foco na durabilidade, ergonomia e conformidade com as normas de segurança e acessibilidade. A escolha dos móveis considerou o ciclo de vida do produto, de modo a garantir que a solução ofereça benefícios duradouros, tanto em termos de qualidade como de manutenção a longo prazo.

3.2.1.1. Ciclo de Vida do Objeto A seleção dos produtos levou em conta os seguintes aspectos do ciclo de vida: Durabilidade e Resistência: Os móveis a serem adquiridos possuem estruturas em aço carbono e madeira reflorestada, materiais que garantem alta resistência ao uso contínuo. O revestimento em couro ecológico e tecido corvim, junto com a espuma de alta densidade, assegura a durabilidade mesmo sob intensa utilização. Facilidade de Manutenção: Os materiais selecionados são de fácil limpeza e manutenção, garantindo que o mobiliário se mantenha em bom estado ao longo dos anos. Além disso, a possibilidade de empilhamento das cadeiras facilita o armazenamento e transporte, permitindo maior flexibilidade no uso dos espaços da biblioteca. Ergonomia e Conforto: Os itens foram escolhidos para proporcionar o máximo conforto aos usuários da biblioteca, contribuindo para o bem-estar durante longos períodos de estudo e pesquisa. O encosto anatômico, as espumas de alta densidade e a conformidade com a NR-17 visam reduzir os impactos ergonômicos negativos. Sustentabilidade: A aquisição de móveis com madeira reflorestada demonstra o compromisso com práticas sustentáveis, enquanto os revestimentos de alta qualidade minimizam a necessidade de substituição frequente, reduzindo o impacto ambiental a longo prazo.



TERMO DE REFERÊNCIA AQUISIÇÃO DE BENS POR ESCOPO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Qualificação Técnica

4.1.1. Não será exigida documentação de qualificação técnica.

4.2. Da exigência de ficha técnica, catálogo ou equivalente

4.2.1. Não se aplica à presente contratação.

4.3. Da exigência da apresentação de documentação complementar pela vencedora

4.3.1. Não se aplica à presente contratação.

4.4. Indicação de marcas ou modelos

4.4.1. Não se aplica à presente contratação.

4.5. Da vedação de contratação de marca ou produto

4.5.1. Não se aplica à presente contratação.

4.6. Da exigência de amostra

4.6.1. Não se aplica à presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de fornecimento

5.1.1. O fornecimento do objeto será integral.

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, em remessa única, contados da assinatura do contrato ou do recebimento do instrumento simplificado equivalente.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços e horários:

I) Para os itens 01 a 03:

Rua Cora Coralina, 100. Cidade Universitária, Campinas - SP. CEP: 13083-896.

Rafael Martins, martinsr@unicamp.br ou (19) 3521-1943.

Entrega em dias úteis, das 8:30 até 19:00.

II) Para o item 04:



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS POR ESCOPO

AEL - Arquivo Edgard Leueroth.

Rua Cláudio Ábramo, 377. Cidade Universitária, Campinas - SP. CEP: 13083-856.

Marcia Simone Vicente, secretar@unicamp.br ou (19) 3521-1622.

III) Para os itens 05 a 07:

Biblioteca Octavio Ianni - IFCH/UNICAMP Localizado em: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Endereço: R. Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-859

Horário de recebimento entre as 09h30 e 16h00.

IV) Para o item 08:

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571. Cidade Universitária, Campinas - SP. CEP: 13083-859.

Instituto de Estudos da Linguagem - Seção de Finanças e Compras.

Fernanda/Luis, sfciel@unicamp.br ou (19) 3521-1519.

Entrega de segunda a sexta-feira, entre 08h30 e 16h30.

5.3. Recebimento

5.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 dias corridos a contar da conclusão da entrega do objeto, ou da parcela estabelecida no item 5.2 deste Termo de Referência, e da apresentação da respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

5.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração



TERMO DE REFERÊNCIA AQUISIÇÃO DE BENS POR ESCOPO

durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.4. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

Campinas, 04 de dezembro de 2024.

Marcia Simone Vicente

Roberta de Moura Botelho

Rafael Henrique Izaias Martins

Valdinea Sonia Petinari

Documento assinado eletronicamente por MARCIA SIMONE VICENTE, Secretário, em 04/12/2024, às 09:58 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por Roberta de Moura Botelho, Coordenador de Serviço, em 04/12/2024, às 10:03 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL HENRIQUE IZAIAS MARTINS, Coordenador de Serviço, em 04/12/2024, às 16:16 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por VALDINEA SONIA PETINARI, Coordenador de Serviço, em 04/12/2024, às 10:36 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
8290C412 0AF3455D A534A422 FAED6564





TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
ADMINISTRATIVO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Garantia da contratação

6.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Fiscalização

6.7.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, consoante as atribuições previstas no Art. 16 da [Resolução GR nº 14/2023](#).

6.8. Gestor do Contrato

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando o controle dos prazos do contrato; a manutenção das condições de habilitação da contratada; a disponibilidade prévia de empenho, o pagamento, as garantias e as glosas; a formalização de apostilamento e termos aditivos, bem como as demais atribuições necessárias à plena execução do contrato estabelecidas no Art. 14 da [Resolução GR nº 14/2023](#).

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. Liquidação

7.1.1. Recebido provisoriamente o objeto, e mediante ateste da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão iniciados os prazos para recebimento definitivo, liquidação e pagamento do contrato ou da parcela de referência.



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

7.1.2. A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo do objeto integralmente ou da parcela, limitando-se ao prazo de pagamento estabelecido ao fornecedor estabelecido no item 8.9 do Termo de Referência.

7.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF e CADIN Estadual ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.1.5. Constatando-se, junto ao SICAF e CADIN Estadual, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.1.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF e CADIN Estadual.

7.2. Prazo de Pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante a apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha ocorrido o recebimento definitivo do objeto integralmente ou da respectiva parcela, nos termos do item 5.4 e subsequentes deste Termo de Referência.

7.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 68.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil sob a titularidade da Contratada, conforme Decreto Estadual nº 62.867/2018.

7.3.1.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

7.3.2. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.3.2.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto nos casos em que, por força da legislação vigente, essas retenções sejam devidas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei n.º 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de Menor Preço por Item.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Previamente à celebração do contrato ou emissão de Instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou outro), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx ;

e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>.

8.2.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.3. Habilitação jurídica

8.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

8.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* e/ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* e/ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* e/ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

8.5. Qualificação Econômico-Financeira

8.5.1. Não será exigida qualificação econômico-financeira na presente contratação.

8.6. Qualificação Técnica

8.6.1. A qualificação técnica obedecerá às condições contidas no Item 4.1 e subitens deste Termo de Referência.

8.7. Outras comprovações

8.7.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7.1.1. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.7.1.1.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" deste subitem;

8.7.1.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.7.1.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.7.1.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.7.2. Será admitida a participação de cooperativas, exigindo-se a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

8.7.2.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.7.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.7.2.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.7.2.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.7.2.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.7.2.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.7.2.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9.1. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 59.819,92 (cinquenta e nove mil oitocentos e dezenove reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CADEIRA GIRATÓRIA; CONCHA DUPLA;	373523	UNIDADE	06	R\$ 594,66	R\$ 3.567,96



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

ERGONÔMICA; ANATÔMICA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONAD OS EM MADEIRA COMPENSADA; REVESTIDOS EM TECIDO; NA COR VERMELHA; ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO; ESPALDAR MÉDIO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO 46 X 61 CM (LXA); E ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO 49 X 48 CM (LXP); COM BRAÇOS REGULÁVEIS; REGULAGEM DA ALTURA/INCLINA ÇÃO DO ENCOSTO POR MEIO DE ALAVANCA; E REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO A GÁS PELO SISTEMA DE ALAVANCA; TUBO CENTRAL EM AÇO; MECANISMO ESPECIAL REFORÇADO; BASE FORMADA POR 5 PATAS					
---	--	--	--	--	--



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

	COM RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON; CONFECCIONADA EM AÇO; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPÓXI PÓ; NA COR PRETA; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES					
2	ESTANTE MULTIUSO; EM AÇO CARBONO (ESTRUTURA), COM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ, NA COR PRETA; PRATELEIRAS EM MADEIRA MDP REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO; MEDINDO APROXIMADAMENTE (186X80X33) CM=(AXLXC); 5 PRATELEIRAS, COM NO MÍNIMO 15 MM DE ESPESSURA, NA COR CASTANHO; PAINÉIS LATERAIS VAZADOS.	320497	UNIDADE	04	R\$ 272,50	R\$ 1.090,00



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

3	MESA DE REUNIÃO; TAMPO EM MADEIRA ;TIPO MESA PARA PODCAST; EM MADEIRA MACIÇA,; NA COR NATURAL DA MADEIRA; ACABAMENTO EM VERNIZ OU SIMILAR , ACABAMENTO ADEQUADO PARA FIXAÇÃO DE SUPORTE ARTICULADO P/ MICROFONE; FORMATO RETANGULAR ; C/ CAIXA CENTRALIZADA DE TOMADA DE 3 PINOS, CONECTORES HDMI, USB E RJ45; MEDINDO 180 X 90 CM; COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2,5 CM; COM ALTURA DE 75 CM; ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO OU MATERIAL SIMILAR; COM PÉS NIVELADORES; CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,2MM; PINTURA ELETROSTÁTICA	481003	UNIDADE	01	R\$ 1.456,39	R\$ 1.456,39
---	---	--------	---------	----	-----------------	--------------



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

	EM TINTA EPOXI EM PÓ; NA COR PRETA; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.					
4	CAIXA BIBLIOGRÁFICA FABRICADA EM ESTRUTURA METÁLICA DE CHAPA DE AÇO CARBONO 1,20 MM. POSSUI TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE METÁLICA FOSFATIZADO COM ZINCO E PINTURA ELETROSTÁTICA PÓ, COR CINZA TEXTURIZADA, COM ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE E INTEMPÉRIES. DIMENSÕES 20X10X23 (A X C X P). GARANTIA DE 12 MESES.	350169	UNIDADE	200	R\$ 86,09	R\$ 17.218,00
5	CADEIRA FIXA, CONCHA DUPLA, EMPILHÁVEL ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO	288544	UNIDADE	80	R\$ 97,50	R\$ 7.800,00



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

GRANDE ENCOSTO E ASSENTO EM POLIPROPILENO REVESTIDO EM TECIDO CORVIM COR: VERDE PETRÓLEO BORDA COM PROTEÇÃO EM PVC ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE (45 KG/M3) ESPALDAR BAIXO, SEM BRAÇOS ENCOSTO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 46 CM (LARGURA) X 33 CM (ALTURA) ASSENTO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 45 CM (LARGURA) X 40 CM (PROFUNDIDADE) ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR OBLONGO (16X30 MM), COM CHAPA DE 1,5 MM DE ESPESSURA MODELO COM 4 PATAS 2 TUBOS DE LIGAÇÃO ENTRE ENCOSTO E ASSENTO PINTURA: TINTA EPÓXI PÓ, COR PRETA GARANTIA					
--	--	--	--	--	--



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

	MÍNIMA: 12 MESES FABRICADA CONFORME NORMAS NBR 13962 E NR-17.					
6	SOFA; MODULAR; 2 LUGARES; COM BRACO; EM MADEIRA; MEDINDO 1480 X 830 X 700 MM (L X P X A); COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM PERCINTAS EM NYLON; ESTOFAMENTO EM ESPUMA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 33 KG/M3; REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	485785	UNIDADE	03	R\$ 1.001,45	R\$ 3.004,35
7	POLTRONA FIXA; CONCHA DUPLA; COM ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA LAMINADA COM PERCINTAS ELÁSTICAS REVESTIMENTO EM COURO ECOLÓGICO, COR PRETA	469444	UNIDADE	16	R\$ 966,67	R\$ 15.466,72



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

	ESTOFAMENTO EM ESPUMA COM DENSIDADE DE 28 KG/M3 ESPALDAR MÉDIO ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO 75 CM (LARGURA) X 74 CM (ALTURA) ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO 75 CM (LARGURA) X 75 CM (PROFUNDIDADE) BRAÇOS EM AÇO CARBONO ESTRUTURA EM AÇO CARBONO BASE COM 4 PÉS PINTURA CROMADA, COR PRATA GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NR-17 E NBR 13962.					
8	PECAS DE REPOSICAO PARA MOBILIÁRIO; PRATELEIRA, CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO; DIMENSÕES: 1M X 0,43M (L X P); LISA, REFORÇADA COM PERFIL OMEGA;	329021	UNIDADE	50	R\$ 204,33	R\$ 10.216,50



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS 01-P-41984/2024

	CAPACIDADE 180 KG; COMPATÍVEL COM ARQUIVO DESLIZANTE DA MARCA SCHEFFER, LINHA MECÂNICA.					
--	---	--	--	--	--	--

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Universidade Estadual de Campinas:

Número de Recurso	E. E.	C.O.	C.L.	Programa Gerencial
22527/2024	445232	9		09.29.02
24500/2024	333041	9		09.29.02
22522/2024	445232	9		09.51.00
22809/2024	445232	21		07.04.00

Campinas, 04 de dezembro de 2024.

Marcos Paulo Marcuz Venier

Arthur Martins Teles Bufon

Documento assinado eletronicamente por MARCOS PAULO MARCUZ VENIER, TECNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO / Técnico em administração, em 04/12/2024, às 10:19 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por ARTHUR MARTINS TELES BUFON, Coordenador de Serviço, em 04/12/2024, às 10:25 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
3F12B87B 3333421F 84B70C67 54C598FF

